

ROSA MARIA SEQUEIRA & VALÉRIA VAZ BONI

Rosa.Sequeira@uab.pt; valeriavazboni@hotmail.com

CEMRI/UAB, LISBOA, PORTUGAL; UNESPAR, CURITIBA, BRASIL

OS CONTORNOS DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: DELINEAMENTOS E PROJEÇÕES

RESUMO

O processo da globalização, aliado ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação, permeia o presente embate cultural, pois viabiliza não só o contacto pessoal mas também virtual entre inúmeras pessoas de diferentes proveniências, numa proporção inimaginável há algumas décadas. O conceito de mediação intercultural tem sido elaborado no contexto da comunicação em relação com os processos oriundos dos fenómenos de mobilidade transnacional. Estas questões têm tido um impacto assinalável nos debates académicos contemporâneos, particularmente no contexto educacional, que tem vindo progressivamente a dar uma maior importância à mediação. Em 2018, o Conselho da Europa publica um volume de acompanhamento ao Quadro Europeu Comum de Referência para as línguas (QECR), publicado em 2001, que apresenta um quadro de descritores que incidem na mediação em relação com o ensino/aprendizagem de línguas. Face a este cenário, o presente artigo faz uma breve análise crítica do documento, acentuando o papel da mediação intercultural da perspetiva da educação para a paz, apresentando alguns vetores desses documentos reguladores (Conselho da Europa, 2001, 2018) e enfatizando a nova dimensão da mediação intercultural prevista neste último em relação intrínseca com a aprendizagem de línguas. A mediação adquire, assim, relevância para professores e formadores que desejam obter melhores resultados em seus encontros comunicativos em contextos plurilingues e pluriculturais, especialmente quando há elementos interculturais envolvidos. Acreditamos que a cultura de não-violência ou cultura de paz e, principalmente, uma educação para cidadania global intercultural, sejam questões inerentes à formação de professores de línguas, de modo a que estes possam melhor gerir o processo comunicativo e orientar ações de cidadania global. No final interrogamo-nos em que medida é que o objetivo principal deste novo documento do Conselho da Europa dedicado à mediação poderá ser alcançado, sem que se considerem alguns aspetos veiculados quer pelas teorias da comunicação, quer pelas teorias da mediação.

PALAVRAS-CHAVE

Mediação intercultural; cidadania global; ensino de línguas; educação para a paz

INTRODUÇÃO

“A Paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social. Por isso, não creio em nenhum esforço chamado de educação para a Paz que, em lugar de desvelar o mundo das injustiças o torna opaco e tenda a miopizar as suas vítimas” (Freire, 2006, p. 388). Essa pequena passagem do discurso de Paulo Freire ao receber o prêmio Unesco da Educação para a Paz, no ano de 1986, inspirar-nos-á para o início das nossas reflexões acerca do papel da mediação intercultural na perspectiva de uma cidadania global e de uma educação para a paz. Esta perspectiva contém uma ligação necessária entre utopia e possibilidades concretas, na medida em que considera a comunicação entre os humanos. Na comunicação e mediação, a identidade cultural, de que fazem parte, entre outras, a dimensão individual e a de classe dos educandos, é um ponto que não pode ser desprezado e que tem a ver diretamente com a assunção de nós por nós mesmos e com a nossa relação com o Outro.

Por outro lado, a solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade mais justa e equilibrada na qual poderíamos ser mais nós mesmos tem, na formação democrática, uma prática de real importância. Ora, estas aprendizagens podem ser incompatíveis com um ensino estritamente baseado no treinamento pragmático ou na autoridade acadêmica do saber articulado (Freire, 2002, p. 19). Neste sentido, Nussbaum (2016) alerta-nos para a “crise silenciosa” em que as nações descartaram as humanidades para considerarem apenas o lucro nacional. À medida que estas se vêm reduzidas, verifica-se a séria erosão das qualidades que são essenciais para a própria democracia, visto que elas direcionam as crianças para o pensamento crítico que é necessário na ação independente e na resistência inteligente ao poder cego da tradição e da autoridade:

se esta tendência continuar, as nações de todo o mundo irão produzir gerações de máquinas úteis, em vez de cidadãos inteiros que pensem por si próprios, critiquem as tradições e percebam o sofrimento e os sucessos de outros. O futuro das democracias depende do equilíbrio. (Nussbaum, 2016, p. 2)

Neste âmbito, as humanidades e a negociação de sentidos são aspectos inerentes à ação educativa democrática e afiguram-se essenciais no ato de mediação e de gestão do processo comunicativo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

No contexto da sociedade atual, o processo da globalização aliado ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação, tem pautado o presente embate cultural, pois permite o contato pessoal e/ou virtual entre inúmeras pessoas de diferentes proveniências, numa proporção inimaginável há algumas décadas, sendo o aumento do fluxo migratório internacional um dos maiores contributos para esse tipo de contacto. Atualmente, estima-se que existam 232 milhões de migrantes internacionais no mundo, mais que em qualquer momento da história humana (e esse número deverá aumentar ainda mais no futuro, com mudanças demográficas e ambientais, bem como disparidades económicas) (Barrett, 2017, p. 1).

Nesse sentido, Macdonald (citado em Palmer, 2015) comentou que a chamada crise dos migrantes não desaparecerá em breve e que o próximo grande ataque terrorista só aumentará as enormes pressões que vão emergindo. Esta crise muda a política externa da Europa, mas fundamentalmente, ajuda a reafirmar a própria cultura da Europa – a sua identidade moderna enquanto espaço liberal, democrático, seguro e tolerante, podendo esta identidade em progresso vir a ser tão transformadora quanto a crise económica. Sem dúvida que a crise dos migrantes a vem desafiar e as tomadas de posição como as de Angela Merkl, que veio afirmar que os imigrantes eram bem-vindos e que, por seu turno, deviam aceitar as normas culturais do país, coexistem com regras de acolhimento e de asilo muito restritivas.

Efetivamente, a crise dos migrantes hoje é o maior desafio para a cultura e a sociedade europeias desde a queda do muro de Berlim - e talvez, desde o fim da segunda guerra mundial. Para ilustrar essa situação, vejamos uma nova tendência que está a surgir entre um grupo de muçulmanos recém-chegados à Alemanha que se pretendem converter ao cristianismo. Centenas de refugiados do Irão e do Afeganistão foram batizados numa igreja de Berlim, uma tendência que se verifica por toda a Alemanha¹. O pastor local espera que eles sejam realmente tocados pela mensagem da sua igreja, mas ele mesmo admite que há um motivo mais clínico. No Irão e no Afeganistão, um muçulmano que se converte ao cristianismo pode enfrentar a prisão ou mesmo a morte. Ora, as leis europeias de direitos humanos tornam muito difícil deportar alguém para um país onde enfrente a pena de morte ou a perseguição religiosa. Ao se tornarem cristãos, esses ex-muçulmanos aumentam exponencialmente as suas possibilidades de permanecer na Alemanha.

¹ Retirado de <https://www.apnews.com/o550c14ba3024co6820218f79bc6cfo7>

Ocorre que, no momento histórico em que as leis de direitos humanos foram concebidas na sequência da segunda guerra mundial, a questão religiosa não estava no cerce das preocupações. No entanto, hoje a religião está profundamente relacionada com a crise migratória. Neste contexto, a religião é ponto de partida para a compreensão dessa crise e, ao mesmo tempo, crucial para entender a resposta da Europa em relação a ela. Os números impressionam: dos cerca de 330 mil imigrantes que chegaram à Europa em 2017, cerca de 110 mil são da Síria; mais de 200.000 são de países muçulmanos majoritários; outros 35.000 são da Nigéria e Eritreia, que são divididos uniformemente entre cristãos e muçulmanos.

Diante do cenário contemporâneo, no qual as fronteiras geográficas não servem de obstáculo à construção de uma cidadania global, os movimentos migratórios impõem novos contornos na mediação intercultural em contexto social e educacional.

DELINEAMENTOS EDUCACIONAIS

Parece-nos que, a fim de fortalecer a democracia, os sistemas educacionais precisam levar em conta o caráter multicultural da sociedade e contribuir ativamente para a coexistência pacífica e a interação positiva entre diferentes grupos culturais. Tradicionalmente, existem duas abordagens: a educação multicultural e a educação intercultural. A educação multicultural usa a aprendizagem de outras culturas para produzir aceitação ou, pelo menos, para chegar à coexistência pacífica entre culturas. Já a educação intercultural visa ir além da mera aceitação, procurando alcançar uma maneira de conviver em diálogo através de uma boa comunicação entre os diferentes grupos culturais. Por essa razão, a interculturalidade é um conceito dinâmico que se refere à evolução das relações entre grupos culturais diferenciados e pode ser definido como a interação equitativa entre diversas culturas, com a possibilidade de gerar expressões culturais compartilhadas através do diálogo e do respeito mútuo. A interculturalidade pressupõe o multiculturalismo e também os resultados do intercâmbio e do diálogo intercultural nas comunidades locais, regionais e nacionais ou a nível internacional.

O diálogo intercultural é, portanto, de significativa importância na mediação e no contexto do ensino de línguas no qual, especialmente a partir dos anos 1990, são tomadas em conta as relações de poder nas práticas e interações, bem como o reconhecimento da importância da aprendizagem

de línguas estrangeiras na construção e transformação da própria identidade do indivíduo.

A perspectiva intercultural na aprendizagem de línguas estrangeiras revela-se uma área híbrida, heterogênea e multidisciplinar. Deste modo, a abordagem comunicativa intercultural crítica constitui uma nova área de investigação dentro dos estudos de ensino/aprendizagem de línguas, que se tornou relevante na nova orientação teórica que evoluiu de uma concepção de comunicação funcional para outra de índole mais educativa que almeja a boa comunicação tendo em vista a paz global. Neste âmbito, as noções de plurilinguismo e pluriculturalismo, que as publicações do Conselho da Europa têm acentuado, particularmente desde 2001, acompanham essa mudança na atualidade, concebendo as línguas já não como sistemas independentes e intactos nas mentes dos usuários da língua mas sim enquadrados na experiência plurilingue, a qual torna o repertório linguístico dinâmico, compósito e dirigido à comunicação na interação cultural, arredando-se a ideia de aproximação ao falante nativo ideal pois, ao falar outra língua e colocando-se na perspectiva de outra cultura, o aprendente de línguas não se transporta de uma cultura para outra, adquirindo uma nova identidade de forma esquizofrênica.

Por outro lado, na aquisição de uma língua estrangeira, a competência intercultural havia sido negligenciada até muito recentemente, visto que a principal preocupação no contexto instrucional de línguas foi, durante muito tempo, o domínio da competência gramatical e comunicativa de um ponto de vista pragmático, aí prevalecendo as teorias da análise do discurso e dos atos de fala, nas quais o aspeto linguístico predominava. As propostas de Byram (1997) e o seu modelo de competência comunicativa intercultural que enfatiza a figura do mediador ou, como ele lhe chama, *intercultural speaker*, vieram constituir uma nova orientação:

o modelo não depende, por conseguinte, de um conceito de comunicação ou informação que transcende barreiras culturais, mas sim de uma definição de comunicação enquanto interação e de uma filosofia de compromisso crítico com a alteridade e de reflexão crítica sobre si mesmo. (Byram, 1997, p.71)

Centrado na consciência crítica intercultural em torno da qual se organizam saberes, conhecimentos, competências e atitudes, este modelo não esquece aquela dimensão de empenhamento social na sociedade global através do “saber empenhar-se”, para a qual a consciência crítica intercultural é necessária e as competências de mediação do *intercultural speaker*.

No entanto, no Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR)² (Conselho da Europa, 2001), documento que orienta as políticas de ensino/aprendizagem de línguas, a figura do *intercultural speaker*, proposto por Byram e Zarate (1994) e Byram (1997), embora mencionado nas referências, foi desconfigurado; assim como não há menção ao aprendente como agente social que a dimensão do *savoir s'engager* revela, uma dimensão primordial na educação para cidadania intercultural global. É preciso acentuar que as competências para a cultura democrática não apenas se devem referir a capacidades para valorizar a diversidade cultural e capacidades de abertura à alteridade no que se refere a práticas, diferentes visões do mundo e diferentes crenças, mas também deverão ser um indício claro da prática daquela consciência crítica tão necessária ao exercício da cidadania global (Conselho da Europa, 2016) e da ação transformadora postulada por Paulo Freire (2006).

No QECR (Conselho da Europa, 2001) e no que respeita exclusivamente às atividades de mediação, este documento previa apenas a mediação linguística e comunicativa nos casos em que

o utilizador da língua não está preparado para expressar os seus próprios pensamentos, mas sim para servir de intermediário entre interlocutores que não são capazes de se compreenderem uns aos outros diretamente. São, geralmente (mas não exclusivamente), falantes de línguas diferentes. (Conselho da Europa, 2001, p. 29)

Por conseguinte, as atividades previstas limitavam-se à interpretação e à tradução.

Reconhecendo esta lacuna, quando a mediação vem adquirindo cada vez mais importância numa sociedade compósita do ponto de vista cultural, o Conselho da Europa (2018) publicou mais recentemente um complemento ao QECR (Conselho da Europa, 2001), exclusivamente dedicado à mediação e intitulado de “Common European framework of reference for languages: learning, teaching, assessment; companion volume with new descriptors” (doravante CEFR) visando colmatar as incompletudes do documento anterior. Esse documento já amplia a noção de mediação, contemplando aspetos relevantes na sociedade atual enquadrados pela competência plurilingue e pluricultural numa preocupação inclusiva que dá lugar às línguas gestuais:

² Retirado de http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Documentos/quadro_europeu_comum_referencia.pdf

não existia qualquer descritor validado para a mediação, conceito importante presente no CEFR, o qual tem tomado uma dimensão ainda maior perante a diversidade linguística e cultural que atravessa as nossas sociedades. A elaboração de descritores para a mediação era, pois, a parte mais longa e mais complexa do projeto do qual resultou o Volume de Complemento do CEFR. As escalas de descritores são fornecidas para a mediação de textos, medição de conceitos e mediação da comunicação, bem como para as estratégias e as competências plurilíngues e pluriculturais. Igualmente foram fornecidas escalas de descritores adequadas às línguas gestuais. (Conselho da Europa, 2018, p. 22)

Por conseguinte, este volume de acompanhamento vem complementar uma organização tradicionalmente distribuída pelas quatro capacidades-base – ouvir, falar, ler e escrever, em apenas dois modos de comunicação – modo recetivo e produtivo, dando agora um maior relevo à interação e à mediação, através de quatro modos de comunicação, nomeadamente, receção, interação, produção e mediação, conforme o documento explicitamente menciona: “a mediação foi introduzida no ensino das línguas no CEFR, infletindo a perspetiva das quatro capacidades-base para os quatro modos de comunicação, a saber: receção, interação, produção e mediação” (Conselho da Europa, 2018, p. 33).

No resto, a mediação encontra-se organizada pelas seguintes três dimensões (Conselho da Europa, 2018, p. 103 e ss.):

a) mediação de textos:

- transmitir informações específicas – orais ou escritas;
- explicar dados (ex. gráficos, diagramas, tabelas, etc) – oral ou escrito;
- processar textos;
- traduzir um texto escrito para a oralidade;
- traduzir por escrito um texto escrito;
- tomar notas (palestras, seminários, reuniões, etc.);
- expressar uma resposta pessoal a textos criativos (incluindo a literatura);
- analisar criticamente textos criativos (incluindo literatura).

b) mediação de conceitos:

- facilitar a interação colaborativa com os pares;
- colaborar na construção de sentido;
- gerenciar a interação;
- encorajar a conversa conceptual.

c) mediação da comunicação:

- facilitar o espaço pluricultural;
- atuar como intermediário em situações informais (com amigos e colegas);
- facilitar a comunicação em situações delicadas e desentendimentos.

Esta alteração vem permitir que passem a constar alguns aspetos da sociedade moderna que não estavam anteriormente previstos, a saber: a comunicação em linha (online); a receção audiovisual; o uso criativo da língua não apenas na produção, isto é, na escrita criativa mas também na dimensão da mediação que se alarga à mediação da comunicação literária e à análise crítica. A comunicação literária, que sempre fez parte dos programas escolares, era uma grande ausência no QEQR (Conselho da Europa, 2001). Por isso, é de saudar este alargamento das formas de comunicação não exclusivamente pragmáticas e a ligação intrínseca da mediação ao processo educativo e ao trabalho colaborativo que tanta importância tem no *e-learning*.

Sendo a mediação social e cultural considerada relevante na sociedade atual, onde tem um lugar indiscutível, a sua ligação ao processo de ensino/aprendizagem seria menos evidente. No entanto, ela faz parte dele e especialmente da aprendizagem de línguas, em que é fundamental a facilitação do acesso ao conhecimento e aos conceitos para os outros, especialmente se eles não podem ter acesso direto a isso por si mesmos. Esse é um aspeto fundamental da parentalidade, orientação, ensino e treinamento (Conselho da Europa, 2018, p. 106). Por conseguinte, torna-se evidente a sua relevância direta para professores, formadores, estudantes e profissionais que desejam desenvolver sua consciência e competência educativa a fim de obter melhores resultados em seus encontros comunicativos,

especialmente quando há um elemento intercultural envolvido (Conselho da Europa, 2018, p. 122).

PROJEÇÕES EDUCACIONAIS

Após esta brevíssima incursão pelo documento complementar do CEFR (Conselho da Europa, 2018), consideramos que o alargamento das capacidades base (ouvir, falar, ler e escrever) que se englobam em dois principais modos de comunicação, receção (ouvir e ler) e produção (falar e escrever) a outros dois modos como sejam a interação e a mediação, é um esforço positivo considerável cuja importância afirmámos noutra ocasião:

se vários grupos culturais numa dada cultura se autodefinem uns em relação aos outros, são essenciais não só competências de interação e comunicação mas também de negociação e mediação, colocando-se empaticamente cada indivíduo na posição do Outro, diminuindo assim a visão de superioridade que tem da sua cultura. (Sequeira, 2016, p. 67)

Mas a interação comunicativa e a mediação constituem mundos complexos. Cada uma destas duas dimensões, estando intrinsecamente relacionadas pois a mediação é baseada na comunicação, possui diferentes teorias que, por sua vez, podem remeter para lógicas opostas.

Podemos interrogar-nos em que medida é que o objetivo principal deste documento – fornecer instrumentos para melhor facilitar e gerir a comunicação, especialmente em situações delicadas e desentendimentos, uma das tarefas do falante intercultural (*intercultural speaker*) que estava muito incipientemente prevista na versão de 2001, poderá ser alcançado sem que se considerem alguns aspetos que resultam quer das teorias da comunicação, quer das teorias da mediação. Por exemplo e apenas no âmbito das teorias da comunicação, considerando: 1) as relações entre os interlocutores que muitas vezes são de confronto e poder, pois a comunicação é “um sistema de construção de sentido, desenvolvido culturalmente e adquirido socialmente em relações de confronto e poder” (Jordão, 2007, p. 22); 2) os conceitos relacionados com o desafio pluricultural e com as funções do falante intercultural que não são alheias às condições do aprendente de línguas e que se encontram tratados nos trabalhos de Zaratte (2003), nos quais ele é definido como alguém *entre deux*, emblemático das condições de muitas pessoas na pós-modernidade, cujas identidades

e identificações são muito menos simples do que as que são veiculadas pela identificação com os estados-nação; 3) a relação mais estreita com as competências previstas nos modelos interculturais, sobretudo na identificação do papel dos preconceitos e estereótipos na relação interpessoal e social que se medeia, as particularidades da comunicação intercultural e do conflito interétnico, as inter-relações da pessoa, a sua situação e enquadramento cultural, áreas convergentes e comuns entre os envolvidos. Sob essa perspectiva, notamos que as relações entre língua e cultura estão intrinsecamente relacionadas com o desenvolvimento da competência intercultural dos aprendentes e com a sua capacidade para facilitar ações de cidadania global, em que todo ou qualquer conhecimento sobre diferentes culturas contribui para ampliar seu repertório, não só quanto às diferentes visões de mundo mas, também quanto à preparação para negociar significados com interlocutores de outras formações culturais.

Por outro lado, seria importante prever descritores relacionados não apenas com a comunicação e a gestão da interação, por exemplo, e mencionando especificamente “guiar uma discussão” ou “avaliar problemas para fazer avançar a discussão” (Conselho da Europa, 2018, pp. 210-211). Isto é, não apenas com a mediação resolutiva, mas também com a mediação preventiva (Caride, 2016; Freire, 2002; Gimenez, 2014; Zarate, 2004) e com o quadro teórico e prático da formação de mediadores (Gimenez, 2010).

Nessa direção, face à complexidade das questões sociais contemporâneas na prática profissional do professor, a mediação intercultural tem emergido como alternativa eficaz e significativa para o fortalecimento de direções de atuação que se contraponham à violência e apontem para o fortalecimento da cidadania global, dirigindo a atenção, como refere Gimenez (2010), para a identidade cívica (p. 36). Entre as competências do mediador encontra-se

uma concepção dinâmica e em mudança da cultura, a identificação do papel dos preconceitos e estereótipos na relação interpessoal e social que se medeia, as particularidades da comunicação intercultural e do conflito interétnico, as inter-relações entre a pessoa, a sua situação e enquadramento cultural, áreas convergentes e comuns entre os envolvidos, etc. (Gimenez, 2010, p. 24)

Entre as funções do mediador intercultural estão as seguintes: facilitar a comunicação entre pessoas de culturas distintas; assessorar os agentes sociais na sua relação com os coletivos minoritários em temas de interculturalidade, diversidade cultural, bem como relações intercomunitárias;

assessorar pessoas e comunidades na sua relação com a sociedade e cultura hegemónicas; promover o acesso a serviços e recursos públicos e privados; construir cidadania e acompanhar ativamente os processos pessoais de integração e inclusão e, principalmente, favorecer a participação social e comunitária.

Nem todas estas funções coincidem com as funções do falante intercultural mas, esta última afigura-se fundamental do ponto de vista de uma cidadania ativa. Podemos concluir que o escopo principal preconizado, uma ampla abordagem acerca dos descritores ilustrativos da mediação cultural e social, não se concretiza em sua plenitude o que, aliás, o próprio documento reconhece a certa altura.

Atentemos para o facto de a rápida disseminação da globalização económica e tecnológica, que acompanha a preocupação com a garantia dos direitos humanos no cenário internacional desde o início do século XXI, exigir transformações urgentes nos cursos de formação de professores de línguas estrangeiras, para que estes possam refletir acerca da importância do seu papel na mediação intercultural e possam explorar possibilidades de atuação, construindo soluções de modo colaborativo. Assim, uma possível maneira de desenvolver a mediação intercultural seria a constituição de grupos de estudos pluriculturais mediados em ambientes educativos, deixando em aberto um espaço de diálogo no qual professores, alunos e comunidade se sentiriam à vontade para participar em discussões, a partir de uma ética dialógica e política, visando a construção de políticas públicas, junto às instituições e órgãos públicos, a fim de legitimar os direitos humanos fundamentais e a igualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além do reconhecimento da importância da mediação intercultural, os estudos pós-modernos da produção e distribuição de conhecimento clamam por uma postura essencialmente crítica, que considere o impacto das forças sociais, económicas e políticas na teoria e prática de ensino-aprendizagem de línguas (Fairclough, 1989; Pennycook, 1995) e opte “por uma pedagogia questionante em vez de acrítica, dirigida à cidadania internacional” (Sequeira, 2016, p. 67). Reafirmamos, assim, que deve haver o fomento do debate académico onde os conflitos sejam encarados como oportunidades de transformação transcultural através do respeito pelo pluralismo e que sejam mediados socialmente através do diálogo intercultural, buscando na relação entre subjetividades a perspectiva futura de

uma convivência mais justa, pacífica e solidária, na qual os cidadãos sejam agentes sociais ativos.

Como sintetiza Caride (2016, p. 19),

referimo-nos, em suma, a todo um conjunto de valores, atitudes, comportamentos e estilos de vida que rejeitam a violência e previnem os conflitos, fazendo uso do diálogo e da negociação entre os indivíduos, os grupos, as organizações sociais e, inclusivamente, os estados. Uma cultura de paz, que a mediação pode e deve favorecer, tratando de habilitar as pessoas e os coletivos sociais que atuem não apenas em função das circunstâncias do presente, mas também da visão do futuro a que aspiram.

A defesa de uma educação para a cidadania global exige que nós, professores de línguas, assumamos uma “*práxis transformadora*” (Freire, 1976) inerentemente crítica, a fim de tentar operacionalizar ações de mediação intercultural, dentro e fora do contexto escolar, que vise, por um lado, o desenvolvimento pleno da competência comunicativa intercultural e, por outro, a transformação dos aprendentes em falantes interculturais.

Por fim, ao concluir o presente artigo, compartilhamos o pensamento freireano (Freire, 2002, p. 48), na sua perspectiva crítica e no discurso em prol dos homens e do compromisso solidário. Uma educação para a cidadania global implica que os professores de línguas assumam uma “*práxis transformadora*” (Freire, 1976), inerentemente crítica, a fim de tentar operacionalizar ações de mediação intercultural dentro e fora do contexto escolar, que estão em relação íntima com a competência comunicativa intercultural e com a capacidade de os aprendentes se tornarem cidadãos de mediação cultural a nível local, nacional e global.

REFERÊNCIAS

- Barrett, M. (2017). Foreword. In M. Byram, I. Golubeva, H. Hui & M. Wagner (Eds.), *From principles to practice in education for intercultural citizenship* (pp. 7-10). Reino Unido: Short Run Press Ltda.
- Byram, M. (1997). *Teaching and assessing intercultural communicative competence*. Clevedon: Multilingual Matters.
- Byram, M. & Zarate, G. (1994). *Definitions, objectives and assessment of socio-cultural competence*. Estrasburgo: Conselho da Europa.

- Caride, J. A. (2016). La mediación como pedagogía social: viejas realidades, nuevos desafíos para la intervención social. In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira & C. Margarido (Eds.), *Pedagogias de mediação intercultural e intervenção social* (pp. 13-26). Porto: Edições Afrontamentos.
- Conselho da Europa (2001). *Quadro europeu comum de referência para as línguas. Aprendizagem, ensino e avaliação*. Lisboa: Edições Asa. Retirado de <https://tinyurl.com/y6kqfv3c>
- Conselho da Europa (2016). *Competences for democratic culture. Living together as equals in culturally diverse democratic societies*. Estrasburgo: Conselho da Europa. Retirado de <https://rm.coe.int/16806ccc07>
- Conselho da Europa (2018). *The common European framework of reference for languages: learning, teaching and assessment. Companion volume with new descriptors*. Estrasburgo: Conselho da Europa. Retirado de <https://tinyurl.com/ybjrszaa>
- Fairclough, N. (1989). *Language and power*. Londres: Longman.
- Freire, P. (1976). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Freire, P. (2002). *Pedagogia do oprimido: saberes à prática educativa*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra.
- Freire, A. M. (2006). Educação para a paz segundo Paulo Freire. *Revista Educação*, 29(2), 387-393. Retirado de <https://core.ac.uk/download/pdf/25531981.pdf>
- Gimenez, C. (2010). *Mediação intercultural*. Porto: Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas (ACIDI).
- Gimenez, C. (2014). *Seminário intensivo sobre mediação intercultural*. Madrid: IMEDS e ACM.
- Jordão, C. M. (2007). As lentes do discurso: letramento e criticidade no mundo digital. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 46(1), 19-29. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/tla/v46n1/ao3v46n1.pdf>
- Nussbaum, M. (2016). *Not for profit: why democracy needs humanity*. Princeton: Princeton University Press.
- Palmer, P. (2015, 10 de setembro). *Europe's immigration crisis: a clash of civilization. The Trumpet*. Retirado em <https://www.thetrumpet.com/13089-europes-immigration-crisis-a-clash-of-civilizations>
- Pennycook, A. (1995). English in the world/world in english. In J. W. Tollefson (Ed.), *Power and inequality in language education* (pp. 34-58). Cambridge: CUP.

- Sequeira, R. M. (2016). Interculturalidade crítica e globalização. In J. M. F. Luna (Ed.), *Internacionalização do currículo: educação, interculturalidade e cidadania global* (pp. 55-70). Campinas: Pontes Editores.
- Zarate, G. (2003). Identities and plurigualism: preconditions for the recognition of intercultural competences. In M. Byram (Ed.), *Intercultural competence* (pp. 85-118). Estrasburgo: Conselho da Europa.

Citação

Sequeira, R. M. & Boni, V. V. (2019). Os contornos da mediação intercultural na educação contemporânea: delineamentos e projeções. In A. M. Costa e Silva, I. Macedo & S. Cunha (Eds.), *Livro de atas do II Congresso Internacional de Mediação Social: a Europa como espaço de diálogo intercultural e de mediação* (pp. 395-408). Braga: CECS.